

	Política	Negociação de Valores Mobiliários	Código BRQ.POL.GC-05	
	Área	Governança Corporativa	Edição 2ª	Folha 1 DE 12
				Data: 03/10/2024

HISTÓRICO DE MODIFICAÇÕES

Edição	Data	Alterações em Relação à Edição Anterior
1ª	08/04/2015	Criação da política
2º	03/10/2024	Revisão geral do documento

NORMATIVOS ASSOCIADAS

Nome dos Normativos
Estatuto Social
Política de Código de Conduta
Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante



ÍNDICE

	Página
1. PROPÓSITO	3
2. RESPONSABILIDADES E ABRANGÊNCIA	3
3. DEFINIÇÕES	3
3. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DA COMPANHIA	5
4. ALTERAÇÃO NA POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO	9
5. INFRAÇÕES E SANÇÕES	9
6. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	9
7. APROVAÇÃO E VIGÊNCIA.....	10



1. PROPÓSITO

Esta Política de Negociação de Valores Mobiliários de emissão da **BRQ Soluções em Informática S.A.** (“Companhia”), nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, tem por objetivo estabelecer as regras para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia.

Quaisquer dúvidas acerca das disposições da presente Política de Negociação devem ser esclarecidas junto ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, responsável pela sua execução e acompanhamento.

2. RESPONSABILIDADES E ABRANGÊNCIA

Público-Alvo:

Esta política aplica-se a **BRQ Soluções em Informática S.A.** e as suas controladas, no Brasil e no exterior, desde que a Companhia detenha o controle acionário, conforme adiante definido, devendo ser observada por seus acionistas Controladores (conforme aplicável), membros do conselho de administração, diretores, Conselheiros Fiscais (quando instalado) e membros de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, pelas Controladas e Coligadas da Companhia, e por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição, tenha ou possa vir a ter acesso à Informação Relevante da Companhia.

Demais pessoas expressamente indicadas pelo Diretor de Relações com Investidores, a seu exclusivo critério, incluindo empregados e colaboradores e outros acionistas da Companhia e/ou de suas Controladas ou Coligadas, que tenham ou possam vir a ter acesso à Informação Relevante, estarão igualmente sujeitas ao disposto nesta Política de Negociação de Valores Mobiliários.

Conselho de Administração:

Aprovar formalmente a Política de Negociação de Valores Mobiliários e suas revisões.

Diretor de Relações com Investidores:

Responsável por acompanhar e zelar pelo cumprimento desta Política.

3. DEFINIÇÕES

Neste documento, os termos seguintes quando grafados com iniciais maiúsculas, na sua forma singular ou plural, terão por significado as respectivas definições abaixo:

Acionista(s) Controlador(es): significa acionista ou grupo de acionistas que exerça, direta ou indiretamente, o poder de controle da Companhia, nos termos da Lei das S.A.

Administrador(es): significa membros titulares e suplentes do Conselho de Administração e membros da Diretoria da Companhia.

Ato ou Fato Relevante ou Informação Relevante: qualquer decisão de Acionistas Controladores, deliberação da assembleia geral ou dos órgãos da administração da Companhia, bem como qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que possa influir de modo ponderável (i) na cotação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os tais Valores Mobiliários; ou (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de Valores Mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.



Bolsas de Valores: a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, bem como quaisquer outras bolsas de valores ou mercados de balcão organizados em que a Companhia tenha valores mobiliários admitidos à negociação, no Brasil ou no exterior.

Coligada(s): sociedades nas quais a Companhia tenha influência significativa, sem controlá-la, nos termos dos §§ 1º, 4º e 5º do artigo 243 da Lei das Sociedades por Ações e nos termos das normas contábeis aplicáveis.

Companhia: BRQ Soluções e Informática S.A.

Controlada(s): as sociedades nas quais a Companhia, diretamente ou por meio de outras sociedades, seja titular de direitos de sócia que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

Cônjuge: o cônjuge ou companheiro(a) de pessoa sujeita a esta Política de Negociação, desde que não separado judicial ou extrajudicialmente.

Controlador(es): o acionista ou grupo de acionistas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum que exerça, direta ou indiretamente, o poder de controle da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Conselheiros Fiscais: os membros do Conselho Fiscal da Companhia, titulares e suplentes, quando instalado, eleitos por deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Corretoras Credenciadas: as corretoras de valores mobiliários que estejam credenciadas pela Companhia para a negociação de seus valores mobiliários e sujeitas aos deveres e obrigações estipulados nesta Política de Negociação.

CVM: a Comissão de Valores Mobiliários.

Dependente: qualquer dependente incluído na declaração de ajuste anual de imposto sobre a renda de uma pessoa sujeita a esta Política de Negociação.

Diretor de Relações com Investidores: o Diretor da Companhia responsável pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às Entidades do Mercado, bem como pela atualização do registro de companhia aberta da Companhia perante a CVM, responsável, também, pela execução e acompanhamento dessa Política de Negociação.

Entidades do Mercado: conjunto das bolsas de valores ou das entidades do mercado de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam ou venham a ser admitidos à negociação, assim como entidades equivalentes em outros países.

Ex-Administradores: os Administradores que deixarem de integrar a administração da Companhia.

Funcionários com acesso à Informação Privilegiada: os empregados da Companhia que, em decorrência de seu cargo, função ou posição na Companhia, tenham acesso a qualquer Informação Privilegiada.

Informação Privilegiada: toda informação relacionada à Companhia ou às suas Sociedades Controladas que possa influir de modo significativo na cotação dos Valores Mobiliários e que ainda não tenha sido divulgada ao mercado.

Instrução 358: a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada pela Instrução CVM no 369/2002, pela Instrução CVM no 449/2007, pela Instrução CVM no 547/2014 e pela Instrução CVM no 552/2014, e posteriores alterações.



Lei das Sociedades por Ações: a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores.

Período de Impedimento à Negociação: todo e qualquer período em que haja impedimento à negociação de Valores Mobiliários por determinação regulamentar ou do Diretor de Relações com Investidores.

Pessoas Ligadas: as pessoas que mantenham com os Acionistas Controladores, Administradores e Conselheiros Fiscais da Companhia os seguintes vínculos: (i) o cônjuge, de quem não esteja separado judicialmente, (ii) o (a) companheiro(a); (iii) qualquer dependente incluído na declaração anual do imposto de renda da pessoa física; e (iv) as sociedades direta ou indiretamente controladas pelos Administradores, pelos Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais ou pelas Pessoas Ligadas.

Plano Individual de Investimento: significa um plano de investimento elaborado de acordo com o disposto no artigo 15-A da Instrução CVM 358/2002.

Política de Negociação: esta Política de Negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia.

Sociedades Controladas: as sociedades nas quais a Companhia, diretamente ou através de outras sociedades, é titular de direitos de sócia que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

Termo de Adesão: termo de adesão à presente Política de Negociação, a ser firmado conforme o modelo constante no Anexo I desta Política de Negociação, nos termos dos artigos 15, § 1º, inciso I da Instrução CVM nº 358/2002.

Valores Mobiliários: quaisquer ações, debêntures, certificados de recebíveis imobiliários, bônus de subscrição, recibos e direitos de subscrição, notas promissórias, opções de compra ou de venda, derivativos de qualquer espécie, ou ainda, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo de emissão da Companhia ou a ela referenciados que, por determinação legal, sejam considerados “valores mobiliários”.

3. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DA COMPANHIA

3.1. Obrigatoriedade do Termo de Adesão (Anexo I)

Todas as Pessoas Vinculadas deverão declarar ciência e aderir aos termos desta Política de Negociação mediante assinatura do respectivo Termo de Adesão, em formato físico ou eletrônico/digital, a exclusivo critério da Companhia, na forma da minuta constante do Anexo I.

Na assinatura do respectivo termo de posse de novos Administradores da Companhia, deverá ser realizada a adesão a esta Política de Negociação, no mesmo sentido do Termo de Adesão.

A eventual omissão na declaração de ciência e adesão e/ou a ausência do respectivo Termo de Adesão não eximirá as Pessoas Vinculadas do cumprimento das obrigações e demais disposições da presente Política de Negociação.

3.2. Obrigatoriedade de Negociação através de Corretoras Credenciadas

Com o objetivo de assegurar os padrões previstos nesta Política de Negociação, negociações com qualquer dos Valores Mobiliários somente poderão ser realizadas com a intermediação de quaisquer das Corretoras Credenciadas, conforme relação encaminhada pela Companhia à CVM, a ser atualizada de tempos em tempos.

3.3. Períodos de Impedimento à Negociação

Quaisquer das partes que tenham firmado o Termo de Adesão, estarão impedidas de negociar os Valores Mobiliários nos seguintes Períodos de Impedimento à Negociação:



3.3.1. No Período que anteceder a divulgação de Ato ou Fato Relevante

Não é permitida a negociação de Valores Mobiliários por Pessoas Vinculadas que possam ter conhecimento de Informação Privilegiada sobre a Companhia, até que esta faça a divulgação ao mercado na forma de Ato ou Fato Relevante.

3.3.2. Quando

- (i) estiver em curso aquisição ou alienação de Valores Mobiliários pela própria Companhia, suas Sociedades Controladas ou outra sociedade sob controle comum;
- (ii) houver sido outorgada opção ou mandato para este fim, exclusivamente nas datas em que a própria Companhia negocie ou informe às Corretoras Credenciadas que negociará com Valores Mobiliários de sua própria emissão;
- (iii) tiver havido aprovação de se promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.

3.3.3. Após Divulgação de Ato ou Fato Relevante

Mesmo após a divulgação de Ato ou Fato Relevante, continuará prevalecendo à proibição de negociação, caso esta possa interferir nas condições dos negócios com Valores Mobiliários, de maneira a acarretar dano à própria Companhia ou a seus acionistas, devendo tal restrição adicional ser informada pelo Diretor de Relações com Investidores.

3.3.4. No período de 15 dias anterior à divulgação de Informações pela Companhia

3.3.4.1 Informações são as seguintes:

- (i) Informações Trimestrais (ITR); e
- (ii) Demonstrações financeiras padronizadas (DFP); e
- (iii) Distribuição de Resultados por parte da Companhia

3.3.4.2. As Corretoras Credenciadas:

- (a) não registrarão as operações de compra ou venda de Valores Mobiliários realizadas pelas pessoas mencionadas acima, se efetuadas durante os 15 (quinze) dias anteriores à divulgação ou publicação dessas informações periódicas ou demonstrações financeiras da Companhia, e
- (b) informarão a Companhia quando da ocorrência destas operações.

3.3.5. Desobrigação do Diretor de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores não está obrigado a informar os motivos da determinação de nenhum dos Períodos de Impedimento à Negociação, e todas as partes que tiverem firmado o Termo de Adesão deverão manter esta determinação em sigilo.

3.4. Exceção aos Impedimentos à Negociação

As restrições às Negociações previstas acima não se aplicam na hipótese de Programa individual de investimento, que atenda aos requisitos previstos no art. 15, §3º da Instrução CVM no. 358/2002, por meio do qual as pessoas submetidas a esta Política de Negociação indiquem, de forma aproximada, o volume de recursos a serem investidos ou a quantidade de valores mobiliários de emissão da Companhia a serem negociados, bem como o prazo de duração do investimento.



3.5. Vedação à Deliberação Relativa à Aquisição ou Alienação de Ações de Emissão da Própria Companhia

3.5.1. O Conselho de Administração não poderá aprovar a aquisição ou alienação, pela Companhia, de quaisquer Valores Mobiliários enquanto não forem divulgadas ao público, caso necessário, por meio da publicação de Fato Relevante, informações relativas à:

- (i) celebração de qualquer acordo ou contrato para a transferência do controle acionário da Companhia; ou
- (ii) outorga de opção ou mandato que tenha por finalidade a transferência do controle acionário da Companhia; ou
- (iii) existência de intenção de se promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária que envolva a Companhia.

3.5.2. Caso, após a aprovação de programa de recompra de Valores Mobiliários, ocorra fato que se enquadre em qualquer das três hipóteses acima, a Companhia suspenderá imediatamente as operações de compra até a divulgação do respectivo Fato Relevante.

3.6. Vedação a Negociações Aplicável a Ex-Administradores

3.6.1. Os Ex-Administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de Ato ou Fato Relevante relativo a negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar Valores Mobiliários pelo prazo de 6 (seis) meses após o seu afastamento, observado o disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 abaixo.

3.6.2. Os Ex-Administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de Ato ou Fato Relevante relativo a negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão somente poderão negociar Valores Mobiliários antes de completado o prazo de 6 (seis) meses mencionado no item 3.7.1 acima se houver, nesse período, divulgação pela Companhia de Ato ou Fato Relevante ao mercado, observado o disposto no item 3.7.3 abaixo.

3.6.3. Na hipótese do item 3.7.2 acima, se a negociação com os Valores Mobiliários, após a divulgação do Fato Relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo da Companhia ou de seus acionistas, os Ex-Administradores não poderão negociar Valores Mobiliários pelo prazo de 6 (seis) meses mencionado no item 3.7.1 acima.

3.7. Vedação a Negociações Indiretas

3.7.1. As vedações disciplinadas nesta Política de Negociação também se aplicam às negociações realizadas, direta ou indiretamente, pelos Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais, Funcionários e Pessoas Ligadas com acesso a Informação Privilegiada e, ainda, por qualquer pessoa que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Controladora ou nas Sociedades Controladas, tenha ou possa ter conhecimento de Informação Privilegiada sobre a Companhia, e que tenham firmado o Termo de Adesão, inclusive nos casos em que estas negociações se deem por intermédio de:

- (i) sociedade por elas controlada;
- (ii) terceiros com quem tiverem celebrado contrato de administração de carteira de valores mobiliários ou de negócio fiduciário (trust); ou
- (iii) qualquer pessoa que tenha tido conhecimento de Informação Privilegiada, por intermédio de qualquer das pessoas impedidas a negociar, sabendo que esta ainda não foi divulgada ao mercado.

3.7.2. Não são consideradas negociações indiretas, e não estarão sujeitas à vedação prevista nesta Política de Negociação, as negociações realizadas por fundos e/ou clubes de investimento de que sejam cotistas as pessoas mencionadas no item acima, desde que:



- (i) os fundos e/ou clubes de investimento não sejam exclusivos; e
- (ii) as decisões de negociação do administrador do fundo e/ou clube de investimento não possam de nenhuma forma ser influenciadas pelos seus respectivos cotistas.

3.8. Plano Individual de Investimento

3.8.1. As Pessoas Vinculadas e as Pessoas Ligadas a elas poderão formalizar Planos Individuais de Investimento regulando suas negociações com Valores Mobiliários de emissão da Companhia em Períodos de Vedação à Negociação, desde que a Companhia tenha aprovado e divulgado previamente o cronograma de divulgação dos formulários ITR e DFP.

3.8.2. São requisitos para a aprovação do Plano Individual de Investimento, nos termos do artigo 15-A da Instrução CVM 358/2002:

- (i) ter prazo mínimo de vigência de 6 (seis) meses;
- (ii) prever que a primeira operação seja realizada somente após 6 (seis) meses de sua apresentação, bem como os efeitos de suas modificações ou seus cancelamentos;
- (iii) estabelecer, em caráter irrevogável e irretroatável, as datas e os valores mobiliários a serem negociados no período, bem como as respectivas quantidades ou valores a serem investidos ou alienados; e
- (iv) prever expressamente que os participantes dos Planos Individuais de Investimento ficam obrigados a reverter à Companhia quaisquer perdas evitadas ou ganhos auferidos em negociações com Valores Mobiliários decorrentes da referida alteração, apurados através de critérios razoáveis definidos no próprio Plano Individual de Investimento.

3.8.3. Adicionalmente aos requisitos estabelecidos acima, os Planos Individuais de Investimento elaborados pelas Pessoas Vinculadas e respectivas Pessoas Ligadas também devem ser submetidos à aprovação da Diretoria de Relações com Investidores.

3.8.4. É vedado às Pessoas Vinculadas: (i) manter simultaneamente em vigor mais de um Plano Individual de Investimento; e (ii) realizar quaisquer operações que anulem ou mitiguem os efeitos econômicos das operações objeto do Plano Individual de Investimento.

3.8.5. As operações realizadas em concordância com o Plano Individual de Investimento aprovado serão objetos de monitoramento periódico. As Pessoas Vinculadas são responsáveis pelas informações previstas quando da formulação do Plano Individual de Investimento. Caso tenham sido indicadas datas em que os mercados administrados pela Companhia não funcionem (e.g. sábados, domingos ou feriados), as operações devem ser realizadas no primeiro dia útil subsequente à data inicialmente programada.

3.8.6. Casos de força maior ou caso fortuito, como de indisponibilidade de sistemas de negociação ou indisponibilidade de ativos, que impeçam a realização das operações de acordo com o Plano Individual de Investimento, devem ser imediatamente comunicados ao Diretor de Relações com Investidores, a quem caberá avaliar o caso e deliberar a respeito.

3.8.7. Findo o prazo do Plano Individual de Investimento, um novo Plano pode ser submetido à apreciação da Companhia, sendo exigidos para a apresentação de novo Plano Individual de Investimento todos os requisitos previstos nesta Política de Negociação.

3.8.8. As disposições da presente Política de Negociação não elidem a responsabilidade, decorrente de prescrições legais e regulamentares, imputada a terceiros não diretamente ligados à Companhia e que tenham conhecimento de Informação Relevante e venham a negociar com Valores Mobiliários.

4. ALTERAÇÃO NA POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO

4.1. Por meio de deliberação do Conselho de Administração, a Política de Negociação da Companhia poderá ser alterada nas seguintes situações:

- (i) quando houver determinação expressa nesse sentido por parte da CVM, se entender que seu teor não impede a utilização da informação relevante na realização da negociação, ou da política de divulgação, se entender que não atende adequadamente a legislação aplicável;
- (ii) diante de modificação nas normas legais e regulamentares aplicáveis, de forma a implementar as adaptações que forem necessárias;
- (iii) quando o Conselho de Administração, no processo de avaliação da eficácia dos procedimentos adotados, constatar a necessidade de alterações.

4.2. A alteração da Política de Negociação da Companhia deverá ser comunicada à CVM e às Entidades do Mercado pelo Diretor de Relações com Investidores, na forma exigida pelas normas aplicáveis, assim como às pessoas que constem da relação referida no item 6.1.3 abaixo.

4.3. Esta Política de Negociação não poderá ser alterada na pendência de Fato Relevante ainda não divulgado.

5. INFRAÇÕES E SANÇÕES

5.1. Sem prejuízo das sanções cabíveis nos termos da legislação vigente, a serem aplicadas pelas autoridades competentes, em caso de violação dos termos e procedimentos estabelecidos nesta Política de Negociação, caberá ao Conselho de Administração tomar as medidas disciplinares que forem cabíveis no âmbito interno da Companhia, inclusive a destituição do cargo ou demissão do infrator nas hipóteses de violação grave.

5.2. Caso a medida cabível seja de competência legal ou estatutária da Assembleia Geral, deverá o Conselho de Administração convocá-la para deliberar sobre o tema.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. A Companhia deverá enviar por correspondência registrada ao Acionista Controlador, diretores, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, cópia desta Política de Negociação, solicitando o retorno à Companhia de termo de adesão devidamente assinado conforme o Anexo I do presente documento, o qual ficará arquivado na sede da Companhia.

6.1.1. Na assinatura do termo de posse dos novos Administradores deverá ser exigida a assinatura do termo constante do Anexo I, sendo-lhes dado conhecimento desta Política de Negociação.

6.1.2. A comunicação da Política de Negociação da Companhia, assim como a exigência de assinatura do termo constante do Anexo I, a pessoas não referidas no item 6.1, acima, será feita antes desta pessoa realizar qualquer negociação com Valores Mobiliários de emissão da Companhia.

6.1.3. A Companhia manterá em sua sede, à disposição da CVM, a relação de pessoas contempladas no item 6.1 e respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas, atualizando-a imediatamente sempre que houver modificação.

6.1.4. As Pessoas Vinculadas, e as que venham adquirir esta qualidade, devem não apenas firmar e assinar o Termo de Adesão de acordo com o Anexo I, como também firmar a Declaração cujo modelo consta do Anexo II no caso de negociações que alterem sua participação acionária em variação superior a 5% (cinco por cento), devendo encaminhá-las ao Diretor de Relações com Investidores.



6.2. Esta Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia deverá ser observada a partir da data de sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

7. APROVAÇÃO E VIGÊNCIA

A Política de Negociação de Valores Mobiliários foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03/10/2024 e permanecerá em vigor por prazo indeterminado.

ANTONIO EDUARDO PIMENTEL RODRIGUES
Vice-Presidente do C.A.



ANEXO I

**TERMO DE ADESÃO À POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DE
EMISSÃO DA BRQ Soluções em Informática S.A.**

Pelo presente instrumento, [inserir nome ou razão social], [inserir qualificação – nacionalidade, estado civil, profissão, RG/RNE, se for pessoa física; identificar tipo societário, se for pessoa jurídica], com endereço em [inserir endereço], inscrito no [CPF/MF – CNPJ/MF] sob o nº [inserir número], na qualidade de [indicar cargo ocupado ou “acionista controlador”] da BRQ Soluções em Informática S.A., sociedade por ações com sede na Alameda Mamoré, nº 687 - Andar 03 - Conjunto 301 - Parte - Alphaville - Barueri/SP - CEP: 06454-040, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob nº 36.542.025/0001-64, doravante denominada simplesmente Companhia, vem, por meio deste Termo de Adesão, declarar ter integral conhecimento da Política de Negociação de Valores Mobiliários de emissão da BRQ Soluções em Informática S.A.. (“Política de Negociação”), e assumir o compromisso de observar as normas e procedimentos previstos em tal documento e pautar suas ações em relação à Companhia sempre em conformidade com tais disposições.

(Cidade), [.] de [.] de 20[.]

[NOME OU DENOMINAÇÃO]



ANEXO II

Eu, [nome], [por meio do mandatário ou representante legal], [função ou cargo], DECLARO, que [adquiri/alienei] [quantidade] [ações ou debêntures conversíveis em ações], tendo alterado para [.]% minha participação no capital social da Companhia, conforme descrito abaixo:

- (a) objetivo da minha participação e quantidade visada [.]% [contendo, se for o caso, declaração de que as compras não visam alterar a composição de controle ou a estrutura administrativa da sociedade];
- (b) número de ações, opções de compra ou subscrição, detidos direta ou indiretamente: [.]%;
- (c) quantidade de dívida conversível em ações da Companhia, detidos direta ou indiretamente: [.]%; e
- (d) contrato ou acordo regulando ou limitando o poder de voto ou de circulação dos valores mobiliários acima indicados (declarar a inexistência de tal acordo ou contrato, se for o caso): [.]%.

Nos termos da Instrução 358/02, DECLARO, ainda, que comunicarei ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, qualquer alteração nas informações ora prestadas que represente mais de 5% (cinco por cento) na minha posição acionária.

(Cidade), [.] de [.] de 20[.]

[NOME OU DENOMINAÇÃO]